



APOSENTAR o servidor JOSÉ FÁBIO BRAGA MENDONÇA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal, com fundamento no art. 40, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, combinado com o art. 6º-A, parágrafo único, da Emenda Constitucional 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional 70/2012 e art. 186, inciso I, da Lei 8.112/90, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados pela remuneração do cargo efetivo.

Des. HILTON QUEIROZ

ATO Nº 901, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0013808-26.2015.4.01.8005, resolve:

APOSENTAR, a servidora SU ELLEN SILVA GODINHO, Técnica Judiciária, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe B, Padrão 8, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal, com proventos integrais, calculados pela média da remuneração contributiva, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, c/c o art. 1º, §§ 1º ao 5º da Lei 10.887/2004 e art. 186, inciso I, § 1º, da Lei 8.112/90.

Des. HILTON QUEIROZ

ATO Nº 900, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, e considerando o decidido no PAe 0024384-98.2017.4.01.8008, resolve:

DESIGNAR o Juiz Federal REGINALDO MÁRCIO PEREIRA para responder pela Direção do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais nos dias 02, 05 e 06/10/2017, e o Juiz Federal GLAUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES nos dias 03 e 04/10/2017, em virtude de afastamentos da Diretora e da Vice-Diretora do Foro.

Des. HILTON QUEIROZ

ATO Nº 899, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR a Desembargadora Federal ÂNGELA CATÃO para exercer a presidência da 4ª Seção a partir da publicação.

Des. HILTON QUEIROZ

PORTARIA Nº 309, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no PAe 0024087-91.2017.4.01.8008, resolve:

AUTORIZAR, com ônus limitado, o afastamento do País da Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, da 35ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, no período de 02 a 06/10/2017, para participar do Congresso Mundial "Child Dignity in the Digital World", promovido pela Pontifícia Universidade Gregoriana, a ser realizado em Roma, Itália.

Des. HILTON QUEIROZ

PORTARIA Nº 310, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no PAe 0018792-73.2017.4.01.8008, onde há manifestações favoráveis da Esmaf e da Coger, resolve:

AUTORIZAR, com ônus limitado, o afastamento do País do Juiz Federal Substituto MICHAEL PROCOPIO RIBEIRO ALVES AVELAR, da Vara Única da Subseção Judiciária de Ituiutaba/MG, no período de 15/01 a 02/02/2018, para participar do Curso de Alta Formação em Jurisdição Constitucional e Tutela Jurisdicional dos Direitos Humanos, promovido pela AJUFE, a ser realizado na Universidade de Pisa, Itália.

Des. HILTON QUEIROZ

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PORTARIA Nº 383, DE 14 DE JULHO DE 2017 (*)

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 8º, XXXI, do Regimento Interno do Tribunal, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo Digital nº 4763/2017, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor NIVALDO VILAS BOAS LEMOS, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe C, Padrão 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, com proventos integrais, acrescidos da vantagem de caráter pessoal relativa à Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço,

previsto no art. 67, da Lei nº 8.112/1990, à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), com esteio nas Leis nºs 8.112/1990, 8.911/1994, 9.527/1997 e na MP nº 1.480-38/1998 e sucessivas até o advento da Lei nº 9.624/1998, e ao Adicional de Qualificação, previsto no art. 15, inciso VI, da Lei nº 11.416/2006.

Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO

(*)República por ter saído no DOU nº 143, de 27-7-2017, Seção 2, pág. 61, com incorreções do origina.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 602, de 3 de outubro de 2017, publicado no DOU nº 191, de 4-10-2017, Seção 2, página 61, no título, onde se lê: Tribunal Superior do Trabalho - Secretaria, leia-se: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 379, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pelo art. 19, XXIX, do Regimento Interno deste Tribunal,

CONSIDERANDO o Edital nº 15, de 16/06/2016, que tornou público o resultado final do Concurso Público nº 01/2015, publicado no DOU nº 115 e DJE nº 2.162/2016, ambos de 17/06/2016, homologado pela Resolução TRE-MT nº 1.802/2016, publicada no DJE nº 2.165, de 22/06/2016;

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 1445-52.2014.6.11.0000 - Classe PA e nos Processos Administrativos Eletrônicos nos 4352/2016 e 4353/2016,

CONSIDERANDO a Portaria nº 356/2017, publicada no DOU nº 160, de 21/08/2017, as Portarias nº 361/2017 e 373/2017, ambas publicadas no DOU nº 166, de 29/08/2017 e a Portaria nº 380/2017, publicada no DOU nº 169, de 1/09/2017;

CONSIDERANDO o pedido de desistência definitiva formulado pelo candidato Yan West Behrens, habilitado em 22º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para o cargo de Analista Judiciário, Área de Atividade: Judiciária, constante do PAe nº 4353/2016 (doc. 075617/2017);

CONSIDERANDO o pedido de desistência temporária formulado pelo candidato Reginaldo Achre Siqueira, habilitado em 23º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para o cargo de Analista Judiciário, Área de Atividade: Judiciária, constante do PAe nº 5595/2017 (doc. nº 77125/2017),

CONSIDERANDO o pedido de desistência definitiva formulado pela candidata Elizandra Edna Ferreira, habilitada em 27º lugar no concurso público realizado por este Tribunal, para o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, constante do PAe nº 5595/2017 (doc. nº 800732017), resolve:

Art. 1º Nomear o candidato JOSÉ MÁRIO GUEDES MIGUEZ FILHO, classificado em 28º lugar na lista classificatória geral do concurso público realizado por este Tribunal para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 356/2017, publicada no DOU nº 160, de 21/08/2017.

Art. 2º Nomear a candidata NICOLLE NAGLE DE SOUSA WAYHS, classificada em 29º lugar na lista classificatória geral do concurso público realizado por este Tribunal para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 373/2017, publicada no DOU nº 166, de 29/08/2017.

Art. 3º Nomear o candidato JOÃO CARLOS EILERT FILHO, classificado em 24º lugar na lista classificatória geral do concurso público realizado por este Tribunal para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Analista Judiciário, Área de Atividade: Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 361/2017, publicada no DOU nº 166, de 29/08/2017.

Art. 4º Nomear a candidata MARIANA DE MORAES SOUZA ARAÚJO, classificado em 25º lugar na lista classificatória geral do concurso público realizado por este Tribunal para, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, exercer em caráter efetivo o cargo de Analista Judiciário, Área de Atividade: Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, na vaga decorrente da Portaria nº 380/2017, publicada no DOU nº 169, de 1/09/2017.

Art. 5º Os candidatos nomeados exercerão, provisoriamente, suas atribuições em Cartórios Eleitorais a serem definidos pela Administração após a posse.

Parágrafo único. A lotação a que se refere o caput não enseja o pagamento de diárias e/ou de ajuda de custo.

Art. 6º A lotação definitiva dos candidatos nomeados por esta Portaria será definida após a realização de concurso de remoção interna e a definição das localidades disponíveis.

Parágrafo único. A opção pela Zona Eleitoral de lotação pelos candidatos, observará a ordem de classificação do Concurso Público nº 01/2015.

Art. 7º Os candidatos deverão apresentar, como condição para a posse, os documentos exigidos na Portaria nº 43/2009, alterada pela Portaria nº 92/2016.

Art. 8º Os candidatos nomeados nesta Portaria ficam enquadrados na Classe A, Padrão I, da respectiva carreira.

Art. 9º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Des. MÁRCIO VIDAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ATO Nº 145, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Processo nº 1710351/2017, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a MÁRCIA LAMBERTUCCI MAIA, servidora do Quadro de Pessoal deste Tribunal, ocupante do cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, lotada na Seção de Legislação, em cargo criado pela Lei nº 8.868/1994, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Des. EDGARD PENNA AMORIM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 17.301, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e à vista do contido no Processo Administrativo Eletrônico nº 0009850-48.2017.6.14.8000, resolve:

Art. 1º DISPENSAR a servidora ARACI PACHECO BARROS, Técnico Judiciário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, da Função Comissionada de Assistente II, nível FC-2, da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, com fulcro no art. 35, I, da Lei nº 8.112/1990.

Art. 2º DESIGNAR a servidora ARACI PACHECO BARROS, Técnico Judiciário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Programação e Execução Financeira, nível FC-6, com fulcro nas Leis nºs 8.112/1990 e 11.416/2006.

Art. 3º DESIGNAR a servidora ANA KELLY LEÃO ALENCAR, Técnico Judiciário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Assistente II, nível FC-2, da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, com fulcro nas Leis nºs 8.112/1990 e 11.416/2006.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

PORTARIA Nº 17.305, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e à vista do contido no Processo Administrativo Eletrônico nº 0010294-79.2017.6.14.8033, resolve:

Art. 1º DISPENSAR, com efeitos a contar de 21.09.2017, a servidora requisitada MARIA FRANCIANE DA SILVA BRITO, da Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 33ª Zona Eleitoral, sediada no município de Nova Timboteua, com fulcro no art. 35, I, da Lei nº 8.112/1990.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

PORTARIA Nº 17.306, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e à vista do contido no Processo Administrativo Eletrônico nº 0010114-08.2017.6.14.8019, resolve:

Art. 1º DISPENSAR o servidor requisitado STÉLIO ARLEY DA SILVA PORTO, da Função Comissionada de Chefe de Cartório, nível FC-6, da 19ª Zona Eleitoral, sediada no município de Monte Alegre, com fulcro no art. 35, I, da Lei nº 8.112/1990.

Art. 2º DESIGNAR o servidor JOÃO RAFAEL MONTEIRO RODRIGUES, Analista Judiciário da Área Judiciária do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Cartório, nível FC-6, da 19ª Zona Eleitoral, com sede no município de Monte Alegre, com fulcro na Lei nº 13.150/2015, art. 4º, § 1º, da Resolução TSE nº 23.448/2015, e art. 25 da Resolução TRE/PA nº 3.771/2005, com redação dada pela Resolução TRE/PA nº 4.998/2011.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO